

Inquérito afasta Queirós Campos

Das Sucursais

O ministro Costa Cavalcanti anunciou ontem a exoneração do jornalista José de Queirós Campos da presidência da Fundação Nacional do Índio, como resultado de um inquérito realizado pelo Serviço de Informações do Ministério do Interior e outros organismos do governo. O novo presidente da FUNAI é o general Oscar Jerônimo Bandeira de Melo.

Em entrevista coletiva que concedeu à imprensa do Rio, o ministro do Interior evitou cuidadosamente entrar no mérito da questão, limitando-se a dizer que o assunto estava encerrado. afirmou também que os funcionários demitidos durante a gestão Queirós Campos, por haverem denunciado irregularidades na fundação, não serão readmitidos.

Quanto ao problema do genocídio de índios, o ministro disse que a imprensa dos países que visitou "revelara pouco interesse por isso", o que lhe parece um indicio de que "os jornalistas já estão esclarecidos e convencidos de que tal genocídio nunca houve".

Estatuto do Índio

Foi entregue ontem ao ministro Costa Cavalcanti, pelo ministro Temístocles Cavalcanti, aquilo que constitui uma espécie de Código Penal dos Índios: o Estatuto do Índio. O documento visa dar proteção jurídica aos silvícolas e foi elaborado a seu pedido.

Por "motivos éticos", segundo salientou, a divulgação do Estatuto do Índio não será feita antes de ser submetido à consideração da Câmara dos Deputados.

Deputado faz outra denúncia

O deputado Batista Miranda denunciou ontem, na Câmara, mais uma irregularidade cometida pela Fundação Nacional do Índio, que teria despejado mais de mil pessoas no município de Resplendor, destinando a área, de cerca de 38 milhões de metros quadrados, a apenas dois índios.

A fim de que seja determinada a sustação da medida judicial, o parlamentar apelou para o ministro do Interior, no sentido de ser tomada por este as providências que impeçam a consumação do despejo, que viria prejudicar "o direito dos legítimos moradores de Resplendor".

Prejuízos

Batista Miranda pediu também

que, pelo menos até que a FUNAI preste esclarecimentos quanto aos seus objetivos naquela região, a ordem judicial seja suspensa e não produza nenhum efeito.

Depois de ler o memorial assinado pelos habitantes do município de Resplendor, afirmou o parlamentar mineiro que colonos e agregados de cinquenta propriedades agropecuárias, com as respectivas famílias, têm o prazo de 30 dias para desocuparem

os imóveis. Segundo o documento, o posto indígena local nunca ocupou área superior a 13 alqueires.

Invasores

Afirmam os autores do memorial que "a área total do terreno é de aproximadamente 800 alqueires em pastagens e terrenos de cultura, onde não há índios e onde o antigo Serviço de Proteção aos Índios, de que a Fundação Nacional do Índio é substituta, jamais executou serviço de qualquer natureza.

Desse total, o posto indígena sempre utilizou área que não excede a 13 alqueires. Agora, inexplicavelmente, a FUNAI reivindica a área toda e qualifica de "invasores" os primitivos agricultores, que desbravaram e cultivaram a terra.

Proseguindo, ressaltam que houve evidente "má-fé" por parte da FUNAI e que "as tribos Crenauques e Pojixas estão praticamente extintas, reduzidas a dois índios, já bastante idosos".

Justificativa

Para justificar o despejo dos agricultores daquele município, diz ainda o memorial, a FUNAI trouxe 18 índios da Amazônia, da Ilha do Bananal e de outras regiões longínquas.